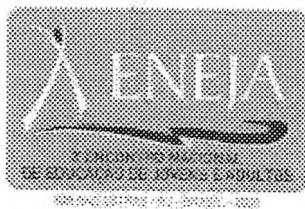

D036

Relatório Síntese dos Fóruns
de Educação de jovens e
Adultos : Documento preparatório
ao X ENEJA
Automa. ENEJA Ago. 2008

X ENEJA
Rio das Ostras/ Rio de Janeiro
27/08/2008 a 30/08/2008



Relatório-Síntese dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos

Documento preparatório ao X Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos
 (AC, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MT, MG, PB, PR, PE, RJ, RS, RO, RR)

Agosto de 2008

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. O SENTIDO DOS FÓRUNS	3
2.1 Histórico dos Fóruns Estaduais e de seus regionais	3
2.1 Os Fóruns e seu funcionamento	5
2.3 A atuação dos Fóruns na construção de políticas públicas: como cada segmento tem trabalhado ou poderia trabalhar para fortalecer a política pública e, de que forma, os Fóruns Estaduais e os Regionais acompanham e influenciam políticas de EJA no estado.....	8
3. PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE A DEMANDA DE EJA NO ESTADO E SEU ATENDIMENTO. 11	
3.1 Concepção de diagnóstico	11
3.2 Demandas e atendimento de EJA.....	12
3.3 Especificidade dos sujeitos	12
3.4 Intersetorialidade	13
3.5 Financiamento.....	13
3.6 Formação de educadores.....	13
3.7 Políticas públicas de EJA: pistas para assegurar o direito de todos à educação	14
4. O SIGNIFICADO DOS SEGMENTOS NA COMPOSIÇÃO DOS FÓRUNS E CONTRIBUIÇÕES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA.....	14
4.1 Quanto à identidade dos Fóruns e o lugar dos segmentos	14
4.2 Quanto à contribuição dos Fóruns para o exercício democrático e formas de participação.....	17
4.3 Quanto à formação de professores e o Fórum	20
4.4 Quanto ao controle social do Estado em relação à EJA.....	21
4.5 Quanto ao ENEJA	23
4.6 Quanto à participação dos educandos	25
4.7 Algumas observações.....	26

1. INTRODUÇÃO

A ultrapassagem de uma democracia representativa para uma democracia participativa tem possibilitado ampliar o poder de decisão sobre políticas públicas que afetam a vida do conjunto da população, por meio da criação de um sistema de redes sociais tecidas por muitos fios que se entrecruzam: saberes, práticas, interesses de muitos grupos e pessoas. No âmbito da educação de jovens e adultos, essa rede social pode ser representada pela atuação dos Fóruns Estaduais (26), Regionais (51) e do Distrito Federal (1), constituídos por diferentes segmentos: educadores, alunos de EJA, movimentos sociais, universidades, ONGs, Sistema S, secretarias de educação (municipais e estaduais), que vêm assumindo o papel político-pedagógico na luta pelo direito de todos à educação.

Assumindo a rede como metáfora para representar a horizontalidade de decisões, de partilha de poder, diferente da lógica hierarquizada e verticalizada, os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos vêm constituindo espaço importante de discussão coletiva, envolvendo representantes de todos os Fóruns, capazes de interferirem na definição de políticas públicas no campo da EJA. Reconhecendo a importância de se realizar discussões preliminares a cada um desses eventos, no momento em que se aproxima o X ENEJA, houve a orientação para que cada Fórum sistematizasse as discussões ocorridas em seus respectivos espaços, sob a forma de relatório-síntese, tendo como eixos norteadores as seguintes questões: o sentido dos Fóruns; problematização sobre a demanda de EJA no estado; o significado dos segmentos na composição dos Fóruns e contribuições às políticas públicas de EJA.

Mantendo a mesma intenção desse documento, o presente relatório procura sistematizar os dados que compõem os Relatórios dos Fóruns AC, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MT, MG, PB, PR, PE, RJ, RS, RO, RR, encaminhados à comissão organizadora local (Fórum/RJ) até o prazo previsto (12/08/08).

Para melhor compreensão desse trabalho, vale registrar a composição de uma equipe de relatores, distribuídos em subequipes, cabendo a cada uma a análise de um dos itens propostos para a elaboração do Relatório-Síntese dos respectivos Fóruns, compondo o presente Relatório.

2. O SENTIDO DOS FÓRUNS

Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos constituem um movimento nacional de luta pelo direito à educação e intervenção nas políticas públicas de EJA. Atualmente, busca-se configurar os Fóruns como movimento social, daí a inclusão desse debate no X ENEJA, com o objetivo de contribuir para a definição do caráter dessa instância de discussão e ação. Há ainda muito a aprofundar, tendo em vista que no âmbito da definição do caráter dos Fóruns encontra-se a discussão não menos importante de seu horizonte de atuação, de seus métodos de luta, de sua articulação nacional, de suas instâncias de representação, da forma de composição social, entre outros, seja na luta pelo direito à educação, em particular pela EJA, seja na articulação com outros movimentos sociais a partir de um projeto de mudança social mais profunda.

Atendendo à proposta da Comissão Organizadora do X ENEJA, 16 Estados enviaram relatórios que sintetizavam as discussões ocorridas em seus Fóruns de EJA em torno do sentido dos Fóruns, apresentando seu histórico e percurso. A metodologia para a elaboração dos relatórios deu-se de forma diferenciada, bem ao estilo das diferentes formas de organização de cada Fórum.

2.1 Histórico dos Fóruns Estaduais e de seus regionais

A organização dos Fóruns Estaduais em todo o país apresenta como marco fundamental a convocação da UNESCO para a organização de reuniões locais e nacionais preparatórias à V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, que aconteceu em Hamburgo, Alemanha, em julho de 1997. Esse movimento teve o apoio nacional da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), que assumiu o incentivo à organização dos grupos estaduais, apoiando e facilitando a organização dos primeiros ENEJA's.

As respostas à convocação para a preparação à V CONFITEA não ocorreram da mesma forma em todos os estados. Alguns deles, como Rio de Janeiro, Paraíba e Minas Gerais já possuíam uma história de debates e ações de diferentes sujeitos em torno da EJA e aproveitaram o momento para se articularem num movimento que fortalecesse a luta pelo direito à educação.

Na década de 1990, devido ao processo de descentralização do Governo Federal com os entes federados, a responsabilidade com a EJA foi transferida aos estados e municípios. Inúmeras iniciativas emergiram sem uma política para articular as ações como, por exemplo a atuação dos municípios em parceria com ONG's e universidades. Desta forma, quando da convocação para a preparação à V CONFITEA, várias entidades possuíam acúmulo de discussão e ações em torno da EJA e o processo de organização dos Fóruns Estaduais refletiu esse histórico. Neste movimento, as universidades desempenharam, e ainda desempenham, papel fundamental, na criação e manutenção dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos nos estados do Brasil, principalmente no que diz respeito à manutenção de acervo histórico, pesquisa, extensão e na secretaria executiva. Os relatos dos 16 estados evidenciam que também as secretarias de educação desempenham papel importante no processo de criação e manutenção dos Fóruns. Um dos estados, Goiás, relatou que atualmente a secretaria executiva está a cargo do Conselho Municipal de Educação, tendo a UFG como parceira na manutenção de acervo documental e como ação de extensão, o que possibilita ter material, espaço físico e bolsa para alunos que são colocados à disposição do Fórum. O Fórum do Distrito Federal foi o único a mencionar uma normatização que regulamenta a criação dos Fóruns Regionais e sua relação com o Fórum Estadual.

Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos configuram um espaço plural, de discussão, reivindicação e troca de experiências sobre a modalidade de ensino em questão, havendo uma articulação de várias instituições, com interesses diversos, sendo um espaço, também, de formação dos educadores e, em especial, para a luta por políticas educacionais que possam atender as necessidades das camadas populares, historicamente relegadas pelas relações socioeconômicas da sociedade em que se vive, marcadas pela exploração do capital sobre o trabalho.

A função dos Fóruns de EJA não é apenas a de discutir esse campo da educação, mas também de propor ações de intervenção e de conquista de políticas públicas. Porque constituídos por entidades, segmentos e representantes de movimentos sociais, há, no interior dos Fóruns, uma heterogeneidade de perspectivas e interesses, em disputa constante. Entretanto, os Fóruns de EJA têm o desafio de articular concepções e pensamentos diferentes em torno de um mesmo objetivo, qual seja o de defesa, ampliação e conquista do direito à educação ao longo da vida.

Ao longo de sua existência, os Fóruns estabeleceram uma grande rede de articulação para lutar pelo direito à educação de jovens e adultos (EJA), com o objetivo de inverter o rumo histórico das agendas públicas dos governos federal, estaduais e municipais quando a EJA tinha lugar quase invisível. Nesse movimento, coube aos Fóruns o papel central de protagonistas em defesa da implantação e consolidação de importantes conquistas legais, as quais não dispensam a revisão dos sentidos e práticas incorporadas à EJA.

Profissionais da educação de diferentes setores governamentais e não-governamentais foram pioneiros ao assumirem o desafio de construir novas relações, tendo por objetivo principal a discussão das políticas educacionais determinantes do cotidiano dos vários segmentos da educação e da socialização de informações de cunho político, pedagógico, administrativo, financeiro e jurídico.

A organização dos Fóruns tem oportunizado uma ampliação do exercício democrático, quer internamente pela representatividade de seus representantes, quer pela relação estabelecida entre sociedade civil e Estado.

As ações desenvolvidas expõem à sociedade a negação do direito à educação para jovens e adultos e ao mesmo tempo exigem o reconhecimento destes como portadores de direito, fortalecendo a noção de cidadania enquanto consciência do direito. Assim, tem contribuído para o alargamento da estrutura estatal, fluindo na promoção e configuração de políticas públicas para o setor.

Os ENEJAs têm sido momentos de fortalecimento dos Fóruns, à medida que favorecem a reflexão sobre tais questões, sobre quadros conjunturais, sobre políticas educacionais no âmbito da EJA e delibera-se sobre ações de cunho nacional, estaduais e municipais a serem encaminhadas coletivamente.

Todos os relatos apontam que os Fóruns têm sido um espaço de encontros permanentes, de troca de experiências entre as inúmeras iniciativas desenvolvidas pelas várias instituições que congregam o mesmo objetivo de articular e debater com os órgãos interessados na elaboração de políticas públicas que possibilitem uma maior qualidade para a EJA, embora a organização desse espaço e sua gestão se configurem de forma diferenciada, uns optando pela eleição de uma coordenação geral com mandatos em torno de dois anos, e outros pela indicação em plenária geral, por exemplo. Em todos os casos observam-se desafios comuns: articulação entre as instituições que compõem o Fórum; falta de espaço físico com infraestrutura e consequente cedência por parte das instituições mais envolvidas nas atividades (observa-se aí também a flutuação entre diferentes espaços, o que facilita a perda de acervo); rotatividade dos

representantes institucionais; concretização de gestão compartilhada; participação efetiva de diferentes segmentos; financiamento das atividades

Em relação à formação de Fóruns Regionais, poucos estados avançaram, podendo-se destacar Pernambuco, com 14 Fóruns Regionais; Minas Gerais com 11 e Mato Grosso com 8.

2.1 Os Fóruns e seu funcionamento

Concepções e conceitos que fundamentam o trabalho – há preocupação em garantir que os Fóruns sejam espaços de diversidade, buscando a participação dos diferentes segmentos, a formação, informação e fomento de experiências voltadas para a EJA, em mobilização para intervenções nas políticas públicas.

Estrutura e organização — nos estados do Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Pernambuco observa-se que os Fóruns se estruturam com uma secretaria executiva definida, com regimentos e/ou estatutos, demonstrando divisão de tarefas e hierarquia na sua organização; já os Fóruns do Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima e Paraíba têm coordenação definida, grupo articulador ou comissão que responde pelo Fórum, contando com colaboradores para a organização de eventos, e a tomada de decisões, num âmbito mais geral, fica a cargo de assembleias com o grupo participante. Todos os Fóruns expressam a necessidade e a intenção de, na coordenação geral, haver representantes dos diferentes segmentos, apesar de citarem a necessidade de aumentar o maior número de representantes por segmento.

Periodicidade das reuniões — cada Fórum se organiza de modo a não perder o eixo principal que norteia os encontros para a educação de jovens e adultos.

Tabela 1: Periodicidade das reuniões dos Fóruns

Acre	Reuniões extraordinárias
Amapá, Espírito Santo, Pernambuco	Bimestral
Bahia	Reunião ordinária mensal da Coordenação ou extraordinária a qualquer tempo; reunião ordinária bimestral do Fórum
Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro	Mensal
Rio Grande do Sul	A coordenação se reúne mensalmente e o Fórum por semestre
Paraíba	Quatro encontros anuais
Rondônia	Em fase de estruturação, pretendendo se reunir-se mensalmente
Mato Grosso	O Fórum passou a reunir-se, ordinariamente, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade

Natureza dos encontros — os Fóruns organizam seus encontros de modo a atender as demandas locais, sem perder o foco nas diretrizes nacionais sobre a EJA. Considerando que a natureza dos encontros é de livre organização, seguem abaixo os destaques dos Fóruns Estaduais.

Espaço de discussão, de apresentação de demandas, de conciliação de reivindicações, tendo o papel de analisar o contexto da EJA no estado, sua demanda potencial, seus aspectos históricos e filosóficos, produzindo conhecimentos e subsidiando as instituições que trabalham no sentido de implementar ações coerentes com o que estabelecem as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. (Acre)

O Fórum EJA Amapá, como se pode notar, ainda se encontra em fase inicial, com apenas dois anos de atuação, portanto ainda estruturando suas ações. (Amapá)

Para o segundo semestre de 2008, aprovou-se um calendário em que se realçam perante o Fórum EJA-Bahia as seguintes ações: apresentação das propostas de Educação de Jovens e Adultos do estado e do município de Salvador, realização de sessões científicas com apresentação de monografias, dissertações e teses sobre EJA produzidas por componentes do Fórum; exposição de ações que cada segmento tem realizado no estado da Bahia; estruturação de uma rede de estudos e pesquisas em EJA com o objetivo de organizar toda a produção do conhecimento, entre outras atividades vinculadas à pesquisa e extensão. (Bahia)

Repasso de informações e organização de eventos. Além dos informes em nossas reuniões ordinárias, são realizadas palestras com temas de interesse dos educadores que permitam o esclarecimento de temáticas tratadas na atualidade, ou para dar conhecimento de leis, projetos, programas, metodologias, planos de ação, sendo ministradas por alunos da pós-graduação, secretários de educação, representantes de instituições, técnicos, professores

universitários. As reuniões são itinerantes para dar visibilidade ao Fórum. Ao longo da sua existência temos realizado dois encontros anuais que envolvem educadores de EJA, alunos de pós-graduação, gestores, de todos os segmentos. (Ceará)

Como desdobramento da atuação do GTPA-Fórum EJA/DF, fóruns têm sido organizados em cidades que compõem a região do Distrito Federal e entorno e nesse contexto surgiram os Fóruns de Educação Básica de Jovens e Adultos de Ceilândia e o de Sobradinho, mais recentemente, de Brazlândia, este por iniciativa da Regional de Ensino. Em nível de cidade tem-se um objetivo comum ao Fórum geral: somar e convergir esforços da sociedade política e civil na busca da alfabetização e educação de jovens e adultos como parte de um processo de conquista de maiores e melhores condições de vida e os aspectos específicos relativos às necessidades de cada cidade. (Distrito Federal)

Uma comissão formada por representantes dos segmentos que participam do Fórum se reúne regularmente para discutir e articular os encontros (bimensais) e para encaminhar as deliberações que são propostas. Pelas dimensões do estado do ES. (Espírito Santo)

Encontros Temáticos no período noturno, que visam a garantir a maior participação de professores e alunos. Anualmente, realiza-se o Encontro Estadual – em 2008 ocorreu sua sétima edição. Recentemente, estão sendo realizados, ainda, encontros no interior do estado para mobilizar a criação de outros fóruns regionais. (Goiás)

As plenárias realizadas, mensalmente, são encontros de debate e reflexão e, de maneira geral, envolvem: apresentação cultural com vista a valorizar trabalhos desenvolvidos por educadores e educandos da EJA; apresentação de um tema por um ou mais convidados, tempo para debate e troca de idéias entre os participantes e os convidados. Ao final, acontece uma confraternização. Esses encontros reúnem pessoas vindas da capital, de cidades próximas e, também, do interior. Em relação aos segmentos que compõem o Fórum, temos: educadores; gestores públicos; universidades; educandos da EJA; movimentos sociais e estudantes de graduação. (Minas Gerais)

As reuniões plenárias do Fórum realizam-se periodicamente de forma itinerante e contam com a presença dos representantes dos segmentos [...] e para a organização de eventos são formadas comissões. Temos também a realização dos Encontros Estaduais contando com uma participação mais ampliada de instituições e convidados, dentre os quais, coordenadores de políticas e programas, educandos e educadores desta modalidade. (Pará)

Na intenção de tornar a discussão cada vez mais plural [...] e de atender as especificidades da EJA em nível nacional. (Paraíba)

Compromete-se, em espaço plural, na discussão, fortalecimento e proposição de caminhos para a educação de jovens e adultos, no âmbito do estado de Pernambuco. O Fórum pretende ser, ainda, um articulador de parcerias e alianças para enfrentar o grave problema do analfabetismo e da subescolarização de jovens e adultos, especialmente buscando a formulação de políticas públicas e o financiamento para as ações na área. (Pernambuco)

A primeira reunião do ano tem como ponto de pauta o levantamento dos temas a serem abordados nos encontros que acontecerão ao longo do ano. Para abordar os temas são convidadas pessoas com experiência ou pesquisas na área. Portanto, a agenda de discussões é bastante flexível e se constrói à medida que convidados ou os próprios participantes do Fórum possam articular a discussão com a plenária. Os últimos encontros vêm sendo caracterizados pela socialização de experiências e informes, tendo-se inclusive a presença de representantes do MEC/SECAD com o objetivo de discutir a política de EJA em âmbito nacional. (Rio de Janeiro)

Já tivemos oito fóruns regionais e em pleno funcionamento. Atualmente são três os fóruns atuantes: Região Metropolitana, Região de Santa Cruz e Região de Ijuí. A partir do último encontro estadual ocorrido no dia 11 de julho passado, os fóruns da região de Santa Maria e de Bagé retomaram os trabalhos. Alguns fóruns regionais preservam permanente contato com a coordenação estadual, até mesmo participando das reuniões ordinárias e extraordinárias da coordenação. (Rio Grande do Sul)

O espaço do Fórum como um espaço plural, foi um ponto muito citado nos relatórios enviados. O incentivo à participação de diferentes segmentos nos Fóruns se faz necessário a todo o momento, por isso em detalhes foram listados – de acordo com o explicitado nos documentos enviados – os segmentos que participam regularmente e como se compõe a delegação do ENEJA.

Tabela 2: Segmentos de composição dos Fóruns

Fórum	Segmentos	Composição da delegação
Acre	SEE, SESI, SESC, CEE, MOVA/ALFA 100, SEME e UNIDIME	Cada segmento tem direito a indicar um representante.
Amapá	Secretaria de Estado da Educação (técnicos, gestores e professores); a Secretaria de Educação do Município de Macapá (gestores e professores); SESC e SESI (técnicos, gestores e professores), Conselho Municipal de Educação de Santana, Conselho Estadual de Educação e o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Amapá – SINSEPEAP	São compostas geralmente por delegados eleitos durante os eventos locais e que tenham frequência nas reuniões, seja da secretaria executiva seja de plenárias. O aspecto que mais pesa na habilitação para a escolha de delegados é a participação efetiva no Fórum. Buscamos também que esta delegação represente todos os segmentos atuantes no Fórum.
Bahia	Universidades e Faculdades públicas e privadas; movimentos sociais e ONGS movimento sindical, sem terra, de mulheres, de negros, entidades confessionais e entidade de cultura popular, etc.; Sistema S, fundações, escolas privadas; estado (Secretarias Estaduais e Municipais, escolas públicas, Conselhos Municipais e Estaduais, Comissão de Educação, órgãos públicos diversos).	A participação no ENEJA é pauta no Fórum.
Ceará		Os membros da delegação dos ENEJAs são escolhidos por representação institucional e frequência às reuniões ordinárias do Fórum.
Distrito Federal	Movimento popular, sindicatos e outras organizações representativas, educandos, educadores, universidades, governo, Sistema S, ONG's, Ministério Público, setor privado e poder legislativo, cuja intensidade de participação varia em função da correlação de forças políticas conjunturais, registrando-se permanência contínua do movimento popular e da universidade pública, ao longo destes nove anos.	Escolha dos delegados pelos segmentos no Fórum Estadual, com a composição de: 6 representantes do movimento popular, 2 dos estudantes, 6 dos educadores, 2 do movimento sindical, 2 de universidades, 1 de GDF e 1 de ONGs.
Espírito Santo	CEEJAs, UNIDIME, movimentos sociais, Ação Comunitária do Espírito Santo, Associação dos Educadores Cristãos, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo, Sistema S, dentre outros.	
Goiás	CEFET/GO; C.M.E; MST, SEDUC/GO; Secretarias Municipais de Educação de Aparecida de Goiânia, Caldasinha, Goiânia e Senador Canedo; /SESI-GO; SINTEGO; UNCME – Coordenação Goiás; Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás	Anualmente, realiza-se o Encontro Estadual – em 2008 ocorreu sua sétima edição, momento em que são indicados os delegados que representam o estado nos ENEJAs, sendo as vagas distribuídas em proporção à participação dos segmentos.
Mato Grosso	Alunos, universidades, movimento social, movimento sindical, gestores, professores	No período de 01 a 10 de julho de 2008 foram realizados os Encontros Regionais onde foram eleitos delegados que vieram para o Encontro com temas em consonância com as deliberações tiradas para o X ENEJA.

Minas Gerais	Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Colégio Marista Dom Silvério (UBEE), Secretaria Municipal de Educação de Contagem, Secretaria Estadual de Educação; Fundação de Ensino de Contagem; Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Subsede Betim, UEMG; UFMG; UFOP.	No tocante à escolha de delegados para o ENEJA, o Fórum Mineiro tem por princípio realizá-la em uma plenária específica para este fim. A indicação da delegação do Estado acontece através de eleição em cada um dos segmentos, a partir do critério da participação efetiva no Fórum.
Pará	Governo Estadual, Governo Municipal, universidade, empresarial (Sistema S e outras instituições privadas), ONGs, movimento sindical, MST, movimento negro, educando, educador, economia solidária	60% das vagas são para a sociedade civil e 40% para o governo (estadual e municipal)
Paraíba	Universidades (Federal e Estadual), Secretarias Municipais e Estaduais de Educação (coordenadores de EJA, educadores, educandos), Sistema S – SESI e SESC, movimentos sociais (Projetos Sal da Terra, Escola Zé Peão, RELEJA – Rede de Letramento de Jovens e Adultos), CEFET-PB	
Pernambuco	Instituições governamentais e não-governamentais, ou seja, entidades do poder público, universidades, movimentos sociais, ONGs, associações e entidades empresariais interessadas	E durante os Encontros do Fórum Estadual que são eleitos os delegados para participação no ENEJA, do Fórum EJA do Nordeste e também para participação que demanda representação. A escolha observa critérios variados, definidos na plenária e em reuniões do Fórum.
Rio de Janeiro	Educadores, administração pública, universidade/universitários, Sistema “S”, movimentos sociais, ONGs/fundações e outras entidades públicas.	O Fórum do Rio tem marcado presença em todos os Encontros Nacionais, seguindo uma dinâmica de discussão em plenária para elaboração de critérios na escolha dos delegados. Tem prevalecido como critério a frequência ao fórum e a representação proporcional em cada segmento. Em 2008 procurou-se priorizar também o engajamento e o acúmulo político nas discussões
Rio Grande do Sul	Registra pouca participação de: movimentos sociais, sindicatos e educandos.	Eleição da delegação em plenária.
Rondônia	SEDUC, SESC, SESI, CUT, C.E.E, C.M.E/UNIR, SEST/SENAT, CPPT – Cuiabá UNIDIME, UNIRON, SINTERO	

Formas de participação/representação - apenas o Fórum do Acre estabelece que seja encaminhada uma solicitação de ingresso e esta passará por uma avaliação do colegiado, e sendo deferida passará o candidato a ter voto e voz. Os demais buscam a representação do maior número de segmentos de forma aberta.

2.3 A atuação dos Fóruns na construção de políticas públicas: como cada segmento tem trabalhado ou poderia trabalhar para fortalecer a política pública e, de que forma, os Fóruns Estaduais e os Regionais acompanham e influenciam políticas de EJA no estado

Acre – Destacam que as políticas públicas para a EJA estão em processo de construção e consolidação no estado, mas que muitos avanços já podem ser percebidos como, por exemplo: a ampliação da oferta de vagas na EJA; atendimento às comunidades rurais; desenvolvimento de projetos como o SESC LER, lotação de professores licenciados como um pré-requisito básico para ingresso na EJA; qualificação de professores pelo PROEJA; formação continuada aos professores; envolvimento de gestores e coordenadores no processo de inserção da EJA enquanto modalidade de ensino na escola; acompanhamento pedagógico às escolas, elaboração de proposta curricular para os cursos de EJA pela SEE; financiamento de ações da EJA com recursos do governo do estado, além dos disponibilizados pelo governo federal; parcerias firmadas com

instituições ligadas à educação profissional, com o objetivo de articular no currículo da EJA o eixo educação profissional.

No entanto, consideram necessária "maior articulação entre os diferentes segmentos, uma vez que, embora estejam convergindo para o mesmo fim, as ações acabam sendo desenvolvidas de forma isolada, recaindo sobre o estado a maior parcela de atendimento".

Amapá – Consideram que a atuação na construção de políticas públicas tem sido pulverizada entre as instituições e movimentos que atuam no Fórum, esclarecendo que um dos fatores que influencia e o diferencia dos demais Fóruns é a presença de secretarias de educação de estado e município (capital) na secretaria executiva, o que tem facilitado as ações, como por exemplo, a construção do diagnóstico da EJA no Amapá.

Bahia - O Fórum EJA - Bahia vem sendo um espaço de discussão, de reivindicação, de troca de experiências, de formação dos educadores e luta por políticas educacionais. Destaca que entre os objetivos dos Fóruns de EJA estão: ser legítimo representante da luta pela EJA; dialogar com a diversidade de sujeitos e representar instrumentos de luta em defesa da educação. A função dos Fóruns de EJA não é apenas a de discutir esse campo da educação, mas também de propor ações de intervenção e conquista de políticas públicas.

Atualmente possui três Fóruns Regionais organizados: Alagoinhas, Sisal e Extremo Sul da Bahia.

Cita como ações realizadas pelo Fórum: elaboração de carta-posicionamento para a nova gestão do governo estadual; participação na proposta *Todos pela Alfabetização* (TOPA); criação do grupo intersetorial de estudos, pesquisas e formação na EJA e participação do Fórum em diversos eventos sobre educação (Conferência Municipal, Grupo de estudos para discutir o plano estadual de educação etc.).

Ceará – Os segmentos que compõem o Fórum atuam em busca de fortalecer as ações desenvolvidas na EJA, no entanto, têm dificuldades: pela falta de envolvimento das instituições das quais fazem parte esses segmentos, pela indisponibilidade de tempo para um olhar mais cuidadoso e crítico sobre as políticas desenvolvidas, pela necessidade de maior apoio por parte dos gestores das instituições no reconhecimento dos segmentos que atuam em seu interior. Concluem que há a necessidade de maior "divulgação da legislação, da concepção de educação de adultos a fim de que, informados, os diversos segmentos que lidam com a EJA abandonem o comportamento de só agir quando instigados e em ações pontuais, como projetos governamentais".

Distrito Federal – "Tratando-se de um movimento social, o GTPA-Fórum EJA/DF tem sido, ao longo dos seus dezenove anos (1989/2008) de luta, um espaço político de exercício de parcerias com autonomia que, sem dispor, por opção, de estruturas formais e mesmo infra-estrutura, se obriga à prática da cooperação permanente para viabilizar as ações em prol da educação libertadora de jovens e adultos trabalhadores no Distrito Federal; de reivindicações políticas, muitas conquistadas, junto aos poderes legislativo e executivo, em nível distrital e federal. Cada segmento tem contribuído para a construção das políticas públicas de EJA no DF, seja na forma de denúncia, de propostas, de ação alfabetizadora, de mobilização com realização de eventos, de articulação com os demais segmentos. Nesta construção, mantendo continuamente mais ativo o segmento popular e o segmento universitário, alternam-se ações de pressão mais no executivo, seja distrital ou federal, ou mais no legislativo, ainda de forma tímida diante do problema da EJA no DF, mas com crescente e significativa participação dos segmentos sindical, educandos, educadores, ONGs e pouca constância do GDF e do Sistema S."

Espírito Santo – Em 2003, a Secretaria de Estado de Educação se reaproximou do Fórum e trouxe como demanda a participação na discussão e formulação do Programa *Alfabetização é um direito*, que tinha como meta reduzir em aproximadamente 30% o índice de analfabetismo no ES. O Fórum participou dos ciclos de debates durante o ano de 2005, promovido pela Secretaria de Educação da Capital, que tinham como objetivo construir uma política de EJA para o município de Vitória, com efetiva implementação da modalidade EJA na capital em 2008.

Goiás – A concepção que norteia o Fórum Goiano é constituir-se "enquanto instância de mobilização e de tensionamento das políticas de EJA no Estado". Nesse sentido, trabalham para manter o princípio da construção coletiva das pautas e encaminhamentos, coordenados pelo coletivo de representantes que se reúne mensalmente. Tem também como princípio o respeito às diferentes formas de atuação/intervenção dos segmentos (CEFET/GO, C.M.E, MST, SEDUC/GO, Secretarias Municipais de Educação de Aparecida de Goiânia, Caldazinha, Goiânia e Senador Canedo, SESI-GO, SINTEGO, UNCME - Coordenação Goiás, Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás) que compõem o Fórum na luta política em defesa do direito à educação.

Mato Grosso – Em 2000, foi instituído o Fórum Estadual Permanente de Debates da Educação de Jovens e adultos (FPDEJA), pois até então os trabalhos estavam sendo realizados por uma comissão, sendo assim possível ampliar a participação de outros segmentos. Desde então, o Fórum vem atuando na realização de seminários e reuniões ampliadas, e já foram debatidos vários temas: processos qualitativos e a inclusão social na EJA; competência e habilidades; o Programa Estadual de EJA; Programas e Projetos de Jovens e Adultos que estão sendo desenvolvidos no Estado de Mato Grosso e em Cuiabá. O Fórum também se envolveu na aprovação do Programa de Educação de Jovens e Adultos para o estado de Mato Grosso (2001). Há no estado nove Fóruns regionais organizados que atuam com a participação dos diferentes segmentos que contribuem na elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas.

Minas Gerais - Desde sua instauração, o fórum mineiro é constituído por sete segmentos, que variam sua participação de acordo com as conjunturas global, nacional e local, deixando visibilizar diversamente a participação de um e de outro. Avaliam sua atuação de forma geral, destacando como marco de atuação do Fórum o período que envolveu as discussões que visavam à construção do Parecer que regulamenta a EJA na cidade de BH. O Parecer também impulsionou as discussões dos Fóruns Regionais (Ipatinga, Ouro Preto, Contagem, Ribeirão das Neves e Vespasiano). O Fórum Mineiro tem trabalhado com os diferentes segmentos que o compõem, buscando exercer algum tipo de pressão no poder público estadual, para que este assuma o papel indutor de políticas públicas para EJA. O Fórum entende que o Estado tem sido tímido em relação à formulação de políticas que traduzam o direito à EJA. Enquanto isso, os Fóruns Regionais têm atuado no sentido de oferecer maior visibilidade para a EJA, constituindo espaços de mobilização de educadores, gestores públicos e universidades, de debate e reflexão acerca de temas ligados à EJA. Em algumas regiões tem sido possível a cooperação entre os municípios para organizar a EJA, enquanto que em outras tem atuado na informação e formação, na elaboração de políticas públicas junto ao poder local.

Paraiíba – "Pretende atuar como um espaço para discussão, formação, informação, troca de experiências e pressionar em torno das políticas estadual e nacional de EJA". Tem como objetivo principal divulgar e defender a importância da EJA. Ao mesmo tempo, o Fórum constitui espaço em construção que precisa responder aos interesses e às necessidades dos participantes. Vem buscando também atender outros objetivos, a saber: propor política pública governamental para a EJA, que seja integral, ampla e contínua e que garanta o acesso e a permanência de jovens e adultos na escola regular; discutir, acompanhar e avaliar as políticas públicas para a EJA; intensificar a cooperação entre estados e municípios em relação à EJA.

Paraná – Apontam as seguintes ações: Moção de Apoio à Formação de Educadores com conhecimentos específicos em EJA na graduação em Pedagogia e nas demais licenciaturas ofertadas pelas universidades do estado do Paraná; elaboração coletiva de uma Carta de Princípios, que tem sido uma referência à adesão das instituições integrantes do Fórum; apoio ao posicionamento dos Coordenadores Estaduais de EJA, contrários à realização do ENCCEJA; posicionamento diante do Conselho Estadual de Educação do Paraná sobre a Deliberação 06/05 que trata da legislação sobre a EJA no estado; indicação pelo Fórum para a premiação da Medalha Paulo Freire 2005 ao Programa *Paraná Alfabetizado* do DEJA/SEED; contribuição na construção do Plano Estadual de Educação no que se refere às diretrizes e metas; apoio e consulta para indicação da chefia – gestão 2003-2006 – da Professora Mestra Maria Aparecida Zanetti para o Departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná; Parecer nº 174/08 - Revisão do Parecer nº 52/08 - CEE/PR que trata de consulta sobre a vigência de normatização que estabelece a idade mínima para a matrícula de ingresso nos cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA no Sistema Estadual de Ensino do Paraná (http://www.deja.pr.gov.br/arquivos/File/Parecer_174_08.pdf); oferta gratuita de EJA no estado garantida pela Deliberação nº 06/05 que Estabelece Normas para a Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio do Sistema de Ensino do Paraná (http://www.deja.pr.gov.br/arquivos/File/Delib_06_2005_CEE.pdf); participação nos Encontros Preparatórios à CONFITEA.

Pernambuco – "É um organismo de participação social em rede, com a finalidade de criar um espaço democrático e plural de discussão, formação, informação e intercâmbio de experiências, agindo, também, no âmbito das políticas públicas de EJA, no sentido de efetivação das mesmas." Pretende ser um articulador de parcerias e alianças no combate ao analfabetismo e da subscolarização de jovens e adultos, principalmente buscando a formulação de políticas públicas e o financiamento para ações na área. Atualmente o Fórum EJA/PE conta com a organização de 14 Fóruns Regionais, cabendo-lhes "mobilizar os municípios que o compõem para a realização de encontros municipais com os representantes das instituições envolvidas com EJA, no âmbito do município. Cabe-lhe, também, definir no coletivo a dinâmica e estratégias que serão adotadas pelo Fórum para o desenvolvimento das suas diversas ações".

Rio de Janeiro - Nas discussões que antecederam o X ENEJA constatou-se que é preciso reorganizar a dinâmica dos encontros mensais proporcionando uma participação dos diversos segmentos que comparecem às reuniões mensais, pois se observou uma redução em 2008 de segmentos. Os momentos de discussão por segmentos têm sido limitados a encontros que acontecem às vésperas do ENEJA.

Há uma preocupação permanente em discutir aspectos referentes às políticas públicas de EJA no estado e no país. Nos encontros mensais propõe-se a leitura de documentos em plenária, com debates, objetivando socializar informações e esclarecer dúvidas. Além disso, também é feito convite a representantes da administração pública responsáveis pela modalidade de EJA para dialogar com a plenária acerca dos encaminhamentos propostos.

Rio Grande do Sul - O Fórum vem tentando influenciar no debate e na avaliação das práticas desenvolvidas no âmbito do estado, entretanto, avalia que ainda não conseguiu responder de acordo com a dimensão do problema. Neste momento, a política pública de EJA do Rio Grande do Sul não vem sendo tratada como prioridade, o que está acarretando uma redução nos investimentos, na discussão sobre as políticas de EJA e nas formas e oportunidades de ofertas.

O Fórum, em 2007, procurou fazer uma avaliação dos procedimentos, mas a Secretaria de Educação do RS não se fez presente. Neste ano, esta instituição não está participando da coordenação e negou-se, para ficar mais evidente sua posição de desrespeito ao Fórum, a participar do processo de preparação do RS e do país para a VI CONFITEA. "Decidimos que vamos buscar o apoio efetivo do Sindicato Estadual, pois se faz necessária a aproximação do Fórum na relação com os professores estaduais. Por outro lado, neste ano a UNDIME se aproximou e tem colaborado no que tange à divulgação dos encontros estaduais".

Rondônia - O FREJA avalia que vem diminuindo a sua atuação, devido à dificuldade de articulação entre as instituições, falta de espaço físico e rotatividade dos representantes institucionais. Em julho de 2008, houve eleição para a nova coordenação e uma das metas é "fomentar a participação do Fórum em todos os espaços de discussão que envolvem a EJA. A nova proposta é contribuir de forma significativa para a consolidação de políticas públicas para essa modalidade por meio de articulações institucionais e regime de colaboração entre os integrantes do FREJA."

O FREJA destaca também algumas de suas atividades desenvolvidas ao longo de sua história: Fórum de Formação Continuada de Professores da EJA/2005, com oficinas temáticas; encontros para estudo da proposta curricular da EJA e Fórum Regional para preparação da VI CONFITEA/abril 2008.

Roraima - O Fórum Permanente de Debate de Educação de Jovens e Adultos (FPDEJA/RR) começou a sua organização em 2003, a partir de uma comissão de educadores envolvidos com a EJA, consolidando-se em 2004, tendo como fundadores: secretaria municipal e estadual, SESI, UFRR, FUNASA/RR, Instituto Superior de Educação, CEFET e Conselho Estadual de Educação. Tem como objetivo "oportunizar um espaço para a troca de experiências e atualizar conhecimentos sobre novos paradigmas da EJA." A primeira ação do Fórum foi a realização do I Seminário Estadual de Educação de Jovens e Adultos, para divulgar e discutir as políticas públicas de EJA.

3. PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE A DEMANDA DE EJA NO ESTADO E SEU ATENDIMENTO

A análise desse item, após a experiência coletiva de leitura de um dos relatórios-síntese enviados, foi estruturada a partir de alguns eixos, considerados merecedores de maior reflexão, quais sejam: concepção do diagnóstico, demandas e atendimento de EJA, especificidade dos sujeitos, intersetorialidade, financiamento, formação de educadores.

3.1 Concepção de diagnóstico

Se para a maioria dos Fóruns a realização do *Diagnóstico da EJA* durante as atividades preparatórias à VI CONFITEA, em seus respectivos estados, possibilitou conhecer a realidade, possibilitando definir políticas públicas na área, há o registro do Fórum/RJ de que ele é importante, mas não suficiente, na medida em que apresenta limites ao que precisa ser compreendido nos diferentes espaços cotidianos em que se dão as práticas educativas. Limites que se ampliam, pela incapacidade de perceber os acontecimentos que ocorrem nos múltiplos cotidianos de vida dos sujeitos, incluindo os sentidos que lhes são atribuídos pelas pessoas que vivenciam tais acontecimentos. Nessa linha de pensamento, há também o registro do Fórum/DF de que o *Diagnóstico* carece de análise qualitativa, capaz de gerar indicações consistentes para a institucionalização de um sistema público de EJA, diante da diminuição progressiva de sua oferta, em oposição à crescente oferta pelo setor privado.

Entretanto, um olhar mais atento sobre o processo de elaboração do *Diagnóstico da EJA* já sinaliza a sua relevância, na medida em que permitiu aproximar relações institucionais interessadas na área — universidades, secretarias municipais e estaduais de educação, ONGs; movimentos sociais; Sistema S —, quase sempre distantes uns dos outros nas formas de atuação, e nesse movimento identificar fragilidades de atuação e possibilidades de superação no coletivo da luta pelo direito de todos à educação e do direito a aprender por toda a vida.

Ainda sobre a realização do *Diagnóstico da EJA*, não se pode deixar de registrar o impacto que ele representa em diferentes espaços geográficos do país, na medida em que provoca discussão na sociedade sobre essa modalidade educativa e, conseqüentemente, sua maior visibilidade nas redes que compõem a educação nacional.

3.2 Demandas e atendimento de EJA

O atendimento em EJA se dá de forma diversificada em quase todos os estados, compreendendo praticamente todas as ações governamentais emanadas da esfera federal — PROJOVEM, PROEJA, *Brasil Alfabetizado*, PRONERA — incluindo ações governamentais da esfera municipal e estadual no formato presencial, semipresencial, a distância e oferta de exames supletivos, bem como outros projetos desenvolvidos por ONGs, Sistema "S", movimentos sociais. Apesar da diversidade da oferta, ela é insuficiente para atender a demanda de EJA, ao se analisarem dados de expansão das matrículas na rede pública de ensino para o acesso e a permanência de jovens e adultos na educação básica. Tal situação se evidencia pela permanência de altos índices de analfabetismo funcional ou de baixa escolaridade da população jovem e adulta, como evidenciada em quase todos os *Diagnósticos de EJA* referentes aos estados.

Essa incapacidade de atendimento, segundo alguns Fóruns, também se deve à descontinuidade dos programas/projetos; ao limitado conhecimento sobre as formas de financiamento público destinado à EJA (FUNDEB e outros fundos governamentais); à ausência de um sistema de informações sobre todas as experiências de EJA, tanto as de iniciativa pública como privada e, principalmente, sobre aquelas realizadas por entidades da sociedade civil, como associações de moradores, centros comunitários, entidades religiosas, organizações não-governamentais. Há indicação da necessidade de confluência de ações, especialmente as de alfabetização, que precisam ser tecidas e entrelaçadas para que seus fios não se desmanchem, garantindo aos alfabetizando a continuidade dos estudos na educação básica, em espaços escolares.

Há também a indicação da necessidade de se criar um sistema de informação capaz de incluir ações e significados produzidos no cotidiano, pelos sujeitos alunos e professores, para além de dados quantitativos, sinalizando pistas para a definição de políticas públicas mais conseqüentes no campo da EJA.

3.3 Especificidade dos sujeitos

Como desdobramento do atendimento em EJA, os Relatórios revelam algumas propostas educativas que procuram considerar as especificidades dos sujeitos, especialmente aqueles que vivem no campo, que se encontram privados de liberdade, que se encontram no tempo da vida adulta como idosos, embora prevaleçam práticas escolares "compensatórias", preocupadas com a reposição da escolaridade dos educandos.

Entretanto, as propostas de EJA que procuram considerar as especificidades dos sujeitos estão demandando pesquisas teórico-metodológicas, capazes de lhes conferir maior visibilidade, não como modelo a ser seguido, mas como propostas que sinalizam indícios a serem considerados na formulação de outras experiências educativas, como sugerem as concepções atuais dessa modalidade educativa, tanto em sua vertente de escolarização quanto na de educação continuada.

Considerando as questões teórico-metodológicas desses processos formadores, o currículo é uma das mais mencionadas nos Relatórios, na medida em que há um sentimento comum sobre a necessidade de se repensar concepções e práticas curriculares presentes nas escolas que ofertam a EJA, tendo como referência a centralidade dos sujeitos educandos em suas múltiplas marcas identitárias: cultural, geracional, religiosa, étnico-racial, de classe e gênero, entre outras. Além disso, defende-se um currículo que contribua para a construção de um projeto sustentável de preservação do meio ambiente, articulado à produção da existência dos alunos, como a economia solidária e a descoberta de arranjos produtivos que respeitem a vocação local e condições ambientais.

A avaliação é outra questão que aparece recorrentemente nos Relatórios e praticamente com a mesma preocupação: construir práticas avaliativas que considerem as dinâmicas e as lógicas pelas quais os

alunos aprendem, ampliam e criam conhecimentos na relação entre eles e com tantas outras pessoas em diferentes tempos e espaços da vida cotidiana.

Há reflexões que talvez ajudem a enfrentar muitos desafios apresentados pelos Fóruns, como o alto índice de analfabetismo verificado nos processos migratórios de pessoas que buscam trabalho no setor de mineração (AP), apontando propostas forjadas com os trabalhadores e não para eles, na luta incessante de recuperação de sua humanidade, como afirmava o educador Paulo Freire.

3.4 Intersetorialidade

Dando continuidade à idéia de dar visibilidade a algumas experiências, a *Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa* mencionada pelo Fórum do CE, ilustra o desenvolvimento de práticas mais consequentes no campo da EJA, na medida em que envolve representantes de diferentes setores do poder público — secretarias de estado de educação, de trabalho, de inclusão social, de saúde—, e do setor privado — SESI, SESC. Potencializar a intersectorialidade da EJA é uma recomendação presente em quase todos os Relatórios, especialmente na sua relação com outros setores governamentais e da sociedade civil relacionados ao trabalho, à cultura, ao meio ambiente, à segurança pública. Retomando a idéia da rede social, o Fórum do DF sugere a divulgação na Internet, por meio do Portal dos Fóruns, de espaços formadores em diferentes dimensões, tal como aqueles oferecidos pelos Centros de Formação em Economia Solidária, Pontos de Cultura (MinC).

3.5 Financiamento

Considerando que a discussão sobre os recursos financeiros para a EJA é fundamental para que o direito à educação se efetive, em todos os Relatórios encaminhados pelos Fóruns essa questão esteve presente. Isso significa dizer que para muitos — CE, DF, AP, RJ, ela ainda constitui um desafio, considerando a preparação de pessoas para o acompanhamento, a fiscalização e a aplicação dos recursos disponibilizados para a EJA, especialmente do FUNDEB. Discussão que inclui, ainda, a forma de aplicação desses recursos, no sentido de uma melhor equalização do sistema distributivo de modo a permitir que o financiamento da educação garanta a melhoria qualitativa e quantitativa da EJA.

3.6 Formação de educadores

Como a discussão sobre o direito de todos à educação de qualidade não pode dispensar a pessoa do professor, a sua formação inicial e continuada merece destaque em todas as análises que compõem esse item nos Relatórios.

Inicialmente, um dado bastante animador, evidenciado por todos os *Diagnósticos de EJA*, diz respeito à formação docente, em nível de ensino superior, da maioria dos educadores de EJA. Dado que parece estar próximo da determinação da LDBEN: obrigatoriedade de habilitação em nível superior para o exercício do magistério em qualquer nível ou modalidade de ensino. Dados animadores, mas que requerem maior aprofundamento, considerando a prática do “voluntariado” ainda existente em muitos estados, especialmente no âmbito das experiências alfabetizadoras, promovidas por instituições não-governamentais. Em ambas as práticas, governamentais ou não, merece destaque a proposta apresentada pelo AC de definição de uma política de avaliação dos docentes no campo da EJA, não desconsiderando as condições de trabalho oferecidas, muitas vezes inadequadas.

Entretanto, a formação docente nas universidades ainda requer maior discussão nos componentes curriculares da graduação, capazes de melhor qualificarem os futuros educadores no campo da EJA (CE). No âmbito da formação continuada, os saberes produzidos pelos professores precisam dialogar com os saberes acadêmicos, possibilitando a criação de saberes mais ricos, democráticos, capazes de enfrentarem a complexidade da EJA, seja pela especificidade de seus sujeitos, seja pela flexibilidade de sua proposta para atendê-la. Complexidade que exige a formação de educadores pesquisadores, capazes de refletirem sobre suas práticas no coletivo, e nessa condição, atuarem de forma mais qualificada nos espaços de definição de políticas públicas de EJA.

3.7 Políticas públicas de EJA: pistas para assegurar o direito de todos à educação

Considerando as reflexões até aqui apresentadas sobre as demandas e seu atendimento de EJA nos diferentes estados, apresentam-se as principais questões que precisam ser trabalhadas politicamente, tendo-se em vista a garantia do direito público subjetivo à educação e como o Fórum vem ou pode vir a contribuir:

- reafirmar o compromisso político dos Fóruns para assegurar o direito de todos à educação, em permanente diálogo com representantes dos poderes públicos (esfera municipal, estadual e federal) e da sociedade civil organizada, no intuito de definir políticas públicas no campo da EJA, capazes de atender as especificidades de seus sujeitos: tempos de vida adulta e da juventude; o que é viver no espaço rural, urbano; a questão do gênero feminino; e tantas outras marcas que contribuem para a formação de sujeitos históricos (trabalhadores e desempregados; livres ou privados de liberdade por estar em conflito com a lei; portadores de necessidades especiais);
- estimular a interlocução com os sujeitos da EJA, especialmente alunos e professores, visando à construção de propostas educativas específicas, interligadas a outras ações no campo do trabalho, da saúde, da cultura, do meio ambiente;
- enfatizar a perspectiva emancipatória das dimensões formadoras das pessoas jovens e adultas, em suas respectivas vertentes de atuação: escolarização e educação continuada, reconhecendo-as como portadoras de muitos saberes, produzidos na luta contra a desigualdade social e em favor da solidariedade e do respeito ao outro;
- discutir a forma de aplicação dos recursos do FUNDEB no sentido de uma melhor equalização do sistema distributivo de modo a permitir que o financiamento da educação garanta a melhoria qualitativa e quantitativa da EJA,
- defender o direito de os educadores, também jovens e adultos, aprenderem durante toda a vida, especialmente em seus processos de formação inicial e continuada, em constantes diálogos entre os saberes científicos e os saberes por eles produzidos nos espaços de suas respectivas práticas pedagógicas;
- propor o envolvimento efetivo das universidades nos processos de formação inicial e continuada de professores da EJA, qualificando a sua atuação docente nos diferentes espaços que oferecem essa modalidade educativa;
- redefinir o atual modelo de responsabilidades dos entes federativos, no intuito de garantir a EJA em um Sistema Nacional de Educação, possibilitando oferecer a oportunidade de acesso, garantia de permanência e qualidade a jovens e adultos para a conclusão da educação básica.

4. O SIGNIFICADO DOS SEGMENTOS NA COMPOSIÇÃO DOS FÓRUNS E CONTRIBUIÇÕES AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA

4.1 Quanto à identidade dos Fóruns e o lugar dos segmentos

Acre

A atuação dos Fóruns estaduais de EJA, como sujeitos coletivos, amplia as possibilidades de participação da sociedade civil na construção de políticas públicas, redefinindo papéis dos diferentes atores sociais frente à problemática da exclusão e do direito à educação, permitindo a realização de ações colaborativas e interinstitucionais.

A contribuição do Fórum de EJA se dá na promoção de discussões, para identificar caminhos e fazer proposições, com vistas a empreender, entre os diferentes segmentos da sociedade civil organizada e instituições que atuam com jovens e adultos, a construção coletiva, o diálogo e a consolidação de um espaço democrático de ação e representação concreta que seja inclusivo, e que oportunize o desenvolvimento de todos que desejam mudanças em sua realidade no tocante à EJA.

Os segmentos participantes têm buscado se articular e estabelecer relações de modo a alcançar os objetivos propostos. Entretanto, há de se buscar outras contribuições que venham a agregar maior valor às discussões, bem como estreitar parcerias com a representação de diretores, professores, Universidades, sindicatos, movimentos sociais etc.

Cabe a cada segmento hoje envolvido aprofundar-se no movimento, interagir em todos os momentos, participar, sugerir, contribuir com a construção do conhecimento, bem como precisa apontar perspectivas de resistência para interferir na construção de políticas que contemplem a diversidade e ações integradas para a EJA.

Torna-se necessário, ainda, disseminar a atuação e o papel do Fórum, para dar maior visibilidade às suas ações, seja através de programas na mídia local, no Portal dos Fóruns, em assembleias abertas à comunidade e/ou em eventos estaduais.

Amapá

O Fórum EJA Amapá encontra-se em fase de construção e tem como objetivo atual a consolidação de sua estrutura organizacional e regimental, para assim poder se fazer mais atuante enquanto movimento.

Bahia

Características fundamentais e necessárias quanto ao perfil dos Fóruns Estaduais e Regionais: gestão compartilhada e cooperativa, circulação do poder, descentralização (não-hierárquica) e ênfase na intersetorialidade.

Ceará

O Fórum CE caracteriza-se como espaço supra-institucional, sendo um articulador informal que reúne diversos segmentos da sociedade, dentre eles educadores de instituições públicas, universidades, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e de empresas privadas interessadas na formação de uma rede de práticas de EJA.

Observa-se, também, a múltipla representatividade entre participantes do Fórum, do Comitê da Educação do Campo e de outras entidades que, em alguns momentos, sobrecarrega esses participantes. Há, por isso, uma oscilação que interfere nas ações e dinamismo do Fórum, desequilibrando a inserção dos segmentos, ocasionando em dados momentos a centralidade nos setores governamentais tanto por sua assiduidade, como pelo poder institucional expresso na capacidade de financiamento. Estas questões não permitem que o Fórum seja visualizado como movimento social, mas como um articulador de entidades civis e governamentais, aproximando-se mais da configuração de rede do que de um movimento social autônomo.

Um desafio a ser superado é a falta de local fixo para seu estabelecimento, pois o acesso fica comprometido e a comunicação entre os participantes só é possível por meio de endereços eletrônicos, de telefonemas, de uma rede de comunicação constituída na *web* e do Portal dos Fóruns, onde são divulgadas reuniões e informes.

Impõe-se, como objetivo, organizar-se em locais fixos, mesmo que temporários, como forma de facilitar contatos e campanhas frequentes de divulgação do Fórum e de mobilização dos segmentos.

Distrito Federal

O GTPA – Fórum EJA/DF, como instrumento de interação social entre os diversos constituintes da sociedade civil organizada, busca promover instrumentos que permitam fazer uma leitura da real situação econômica, social e política da EJA no DF. Assim, articulado com os vários segmentos, faz proposições, intervenções e contribui para o bem comum da população do DF, princípio básico de uma política pública.

Espírito Santo

A atuação do Fórum como sujeito coletivo é marcada por uma rotatividade muito grande dos segmentos. Esses não têm uma participação constante, de modo que vários parceiros históricos não se fazem presentes no momento, como por exemplo, o MST, o que não significa que tenham deixado de ser parceiros. Essa circularidade já foi protagonizada pela Secretaria de Estado da Educação, pelo Sistema S, a UNDIME etc. Dada à informalidade do Fórum Capixaba, que não conta com estatuto e não constitui pessoa jurídica (o que o impede de buscar linhas de financiamento), essa rotatividade é até compreensível.

Goiás

O Fórum constitui-se, hoje, como grande apoiador político, pois constitui uma força social e política de defesa da efetivação do direito à educação e demonstra a sua força na capacidade que tem de articulação de diversos setores envolvidos com a educação de jovens e adultos.

A ausência de algumas entidades constantemente convidadas, a exemplo do Conselho Estadual de Educação e da Universidade Estadual de Goiás (UEG) requer movimentação por parte do Fórum, dada a importância de se ampliarem as ações relacionados à EJA, desenvolvidas em todo o estado de Goiás.

O Fórum tem importância muito grande no sentido de participar efetivamente das formulações de políticas públicas.

Na visão do CME/GO, o Fórum Goiano de EJA tem procurado desempenhar o seu papel de forma democrática, buscando assegurar a participação dos segmentos nas várias ações realizadas.

A trajetória deste Fórum apresenta uma ampliação da participação dos educadores, observada pelo aumento numérico nos Encontros Temáticos, assim como nos Encontros Estaduais.

O Fórum Goiano entende ser necessário desenvolver ações que deem conta de uma articulação mais efetiva com os estudantes de EJA para auxiliá-los na própria transformação em sujeitos de ação política. Do mesmo modo, percebe ser indispensável garantir formas de financiamento que não comprometam a autonomia do Fórum.

Por último, indicaria a necessidade de realizar as reuniões ordinárias mensais em espaços alternativos, com o objetivo, inclusive, de ampliar a visibilidade do Fórum junto aos segmentos.

Minas Gerais

O Fórum Mineiro é constituído por segmentos do poder público, terceiro setor, movimentos sociais, educadores, educandos, ONGs e universidades. Variando de acordo com a conjuntura global, nacional e local, a participação de um ou de outro segmento se faz de forma mais visível.

Tem-se clareza que condições objetivas, quando reforçadas por ampla chamada, favorecem a participação dos segmentos poder público, terceiro setor e universidades. Entretanto, no Fórum Mineiro de EJA percebe-se a presença frequente e com qualidade dos segmentos de educadores e de movimentos sociais, o que pode sugerir algumas razões para justificar o caráter de militância desse espaço.

Avalia-se que o sentido coletivo que se conseguiu instalar está na importância de construir um movimento democrático-participativo, envolvendo o maior número possível de sujeitos que fazem a EJA, seja como educador, educando, gestor, pesquisador, movimento social etc.

Apesar dos esforços empreendidos, a participação de educandos da EJA, dos movimentos sociais e do terceiro setor vem diminuindo em proporção preocupante.

Por isso, o grupo articulador do Fórum Mineiro tem realizado, atualmente algumas ações, visando ao aumento quantitativo da participação dos movimentos sociais, além de discutir a participação dos educandos de EJA.

Paraíba

O Fórum congrega diversos segmentos da sociedade, representados por gestores e lideranças, pesquisadores, assessores, técnicos e educadores de organismos governamentais e não-governamentais e alunos do estado da Paraíba, garantindo cada vez mais uma maior integração entre os diversos atores e agências envolvidas com as práticas de EJA.

A relação produtiva segmento-delegado e a articulação consequente, comprometida e solidária dos segmentos têm sido preocupações do Fórum, pois sem esses dois movimentos a assunção do Fórum como sujeito coletivo fica comprometida.

O Fórum percebe a necessidade de realizar diagnóstico da EJA para detectar a realidade e acompanhar as mudanças propostas pelos governantes, no estado da Paraíba.

Rio de Janeiro

Considera-se que os momentos de discussão por segmentos vêm ocorrendo de forma incipiente, sendo necessário maior empenho para ampliar a participação dos diversos segmentos que compõem o Fórum, bem como o estímulo à presença de outros segmentos como movimentos sociais, sindicais, UNDIME, UNCME, docentes e discentes. Avalia-se, também, ser fundamental que o Fórum RJ se constitua como espaço em que os diversos segmentos amadureçam suas ideias como grupos políticos que são.

A centralização do Fórum no município do Rio de Janeiro, aliada à pouca mobilização que tem sido feita para a interiorização do Fórum no estado, remetem à necessidade premente de descentralização e regionalização, visando à extensão a todas as regiões e segmentos, à maior participação nos encontros permanentes e tendo as agendas discutidas e socializadas com todos os envolvidos no âmbito estadual.

Rio Grande do Sul

O Fórum de EJA do RS congrega diferentes segmentos, cada um com suas especificidades, mas atuando no Fórum com o objetivo maior de discutir as políticas de EJA. A Coordenação Geral do Fórum é eleita entre todos os segmentos que compõem a Coordenação, entretanto, esta não tem poder de decisão. As tomadas de decisão são realizadas no coletivo.

O Fórum RS destaca que a participação nos encontros estaduais (semestrais) é flutuante. Tal fato não é avaliado como um problema, todavia o Fórum RS ressalta que a rotatividade pode ser a expressão da dificuldade que tem de criar mecanismos que possam garantir a presença dos educadores, em particular da rede estadual, pois não é fácil se afastar da escola. Também apresenta enorme dificuldade quanto à presença de educandos, exceto da rede de Porto Alegre, uma vez que algumas escolas vêm participando efetivamente dos encontros estaduais.

Com relação à presença dos segmentos de EJA nos encontros estaduais do Fórum RS, avalia-se como um aspecto a ser superado a ausência de movimentos sociais e sindicatos, bem como o número pequeno de educandos. De qualquer forma, nos últimos ENEJAs, destaca-se ter conseguido levar um educando com as despesas pagas pelo Fórum.

Rondônia

O Fórum Rondoniense de Educação de Jovens e Adultos (FREJA), no seu espaço de atuação no estado, tem tentado construir sua identidade a partir das relações existentes entre seus membros representantes, por meio das reuniões realizadas e das contribuições de cada uma das instituições no cotidiano de suas atividades em relação à EJA. Tem-se o compromisso, assumido de modo coletivo, com o objetivo de fazer do Fórum um espaço real de discussão, articulação e participação em especial dos sujeitos que fazem a história diária da EJA no estado.

O FREJA busca integrar as variadas instituições e ações que atuam na EJA em Rondônia.

4.2 Quanto à contribuição dos Fóruns para o exercício democrático e formas de participação

Acre

Por constituir um instrumento legítimo em que acontecem discussões sobre a EJA, garantindo espaço com voz e voto para todos os segmentos envolvidos nesta modalidade, o Fórum é também um ambiente em que se elaboram e discutem propostas de conhecimento, considerando o contexto histórico de cada localidade, tornando possível a descentralização das decisões ligadas ao ensino.

O Fórum ganha um papel extraordinário na consolidação de direitos, particularmente os relativos à EJA, reconhecidos pela adoção de novas práticas, em que o sujeito ganha centralidade nos processos educacionais. Assim, a formulação e execução de novas políticas públicas acompanham a mobilização da sociedade organizada, não como espaço de outorga do Estado, mas como instrumento de resistência, levando à incorporação de perspectivas de inclusão a uma diversidade de sujeitos.

Entendem-se as formas de articulação, de participação e de representação na gestão do Fórum como estratégias elementares para efetivação de iniciativas desencadeadoras de várias atividades que venham a fortalecer a EJA, produzindo construções coletivas que aprofundem questões candentes que precisam ser tratadas em nível local e nacional, com a intenção de melhorar o quadro das políticas públicas para esse público, com foco no exercício democrático.

Amapá

A maioria dos encontros ocorre com a participação da secretaria executiva, no entanto ainda se está longe de conseguir uma maior participação de todas as instituições e dos movimentos sociais.

Um dos maiores problemas é a disponibilidade de tempo por parte dos integrantes da coordenação, contudo o Fórum está em busca de alternativas para minimizar o problema.

Os segmentos que participam regularmente das reuniões são: Secretaria de Estado da Educação (técnicos, gestores e professores); Secretaria de Educação do Município de Macapá (gestores e professores); SESC e SESI (técnicos, gestores e professores); Conselho Municipal de Educação de Santana; Conselho Estadual de Educação e Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Amapá – SINSEPEAP. Aponta-se a ausência de segmentos importantes como universidades e movimentos sociais.

Bahia

Repensar a forma de divulgação e acolhimento para resgatar o sentimento de pertencimento entre os sujeitos que participam do Fórum da Bahia é a meta.

Há necessidade, também, de construir regimento para os Fóruns Estadual e Regionais, atendendo suas especificidades. Do mesmo modo, deve-se criar uma Secretaria Executiva comum entre os Fóruns Estadual e Regionais, buscando aproximar/articular ambos e legitimar os fóruns regionais, bem como criar uma comissão cujo papel será o de articular, registrar a memória e melhorar a comunicação entre os diferentes segmentos.

O Fórum da Bahia deve, ainda, buscar financiamento e parceria por meio dos segmentos e para além deles, assegurando sua autonomia, independência e legitimidade.

Os Fóruns Estadual e Regionais têm discutido, junto às secretarias estadual e municipais de educação, propostas para a educação de jovens e adultos, e realizado seminários temáticos com o objetivo de estabelecer interlocução entre todos os atores envolvidos com a EJA: educadores, gestores, educandos, movimentos sociais, universidades, SESI, ONGS etc.

Também é meta dos Fóruns buscar maior articulação com as escolas, com outros segmentos da sociedade e com os territórios políticos. Do mesmo, é meta estabelecer parceria com as Coordenadorias Regionais e articular reuniões ordinárias, além de garantir representação da coordenação do Programa de Alfabetização "Todos pela Alfabetização" no Fórum.

Ceará

O Fórum do Ceará apresenta-se como espaço de luta que tem um compromisso ético com a sociedade, sendo seu foco prioritário, portanto, as políticas públicas em EJA.

A participação dos segmentos oscila entre momentos de maior e de menor intensidade. Um desafio ainda enfrentado é o de estimular a presença constante de professores, alunos e dos vários segmentos e a aproximação de outros como gestores escolares, docentes e discentes dos CEFETs/Projeja.

O Fórum tem ampliado sua representatividade entre os vários segmentos que atuam na EJA, sendo buscado para a discussão de aspectos legais, apresentação e debate de projetos, e convidado a explanar seus objetivos e ações em encontros acadêmicos e científicos na área de educação.

Distrito Federal

O GTPA – Fórum EJA/DF entende que a participação da sociedade civil organizada sobre todo o processo de criação de políticas públicas vem exigindo, também, uma alteração no processo de capacitação e qualificação dos membros da sociedade civil. Desta forma, destaca ser necessária maior compreensão do significado da temática e de como influir de forma cada vez mais efetiva na sua proposição, elaboração, avaliação, execução e continuidade.

Espírito Santo

São significativas as contribuições do Fórum na elaboração de políticas públicas de EJA no Estado em várias frentes: no processo de implementação da modalidade EJA em Vitória; nas críticas e proposições ao remodelamento da oferta que o Estado vem fazendo, com fortes concepções supletivas, na participação efetiva de seus membros no Conselho Municipal de Vitória, na Conferência Estadual de Educação Básica etc. Mas, deve-se destacar que estas contribuições ficam muito vinculadas à ação dos segmentos Universidade (NEJA) e coordenações de EJA estadual e municipais.

O Fórum vem denunciando e problematizando a divulgação de alguns dados por parte da Secretaria de Estado da Educação, principalmente no âmbito do Programa *Alfabetização é um direito*. Tem-se conhecimento de que várias turmas contabilizadas no programa não existem. Os segmentos que mais têm contribuído nesta tarefa são a Universidade e as Coordenações de EJA dos municípios, mas sem poder de intervenção real.

Para se ampliar a participação dos segmentos tem-se que, primeiramente, estreitar os vínculos com a UNDIME, já que ela possui capacidade de articular, via Superintendências Regionais, os vários municípios; segundo, descentralizar o Fórum, o que não significa constituir Fóruns Regionais, mas conferir mobilidade geográfica aos encontros.

Goiás

O Fórum tem sido referência para a luta em favor do direito de todos à educação, bem como para o fortalecimento de reivindicações para um atendimento de qualidade na EJA (CME/GO).

A participação do CME/GO tem garantido subsídios na formulação de pareceres e defesa de resoluções que aprovem encaminhamentos mais qualificados em relação às propostas a serem implementadas pelo poder público municipal.

O Fórum carece de uma discussão específica, com o objetivo de se construir coletivamente um regimento/estatuto/carta de intenções que possa estabelecer critérios para escolha do(a) coordenador(a), periodicidade da gestão, enfim, um documento que possibilite uma melhor organização e, conseqüentemente, favoreça a democratização.

Os segmentos que envolvem a EJA têm buscado espaços que efetivem as discussões para proposições que contemplem essa modalidade de educação.

Ao Fórum cabe, ainda, fomentar estudos, discussões e reflexões no cumprimento de um dos principais objetivos educacionais que é o de promover mudanças políticas, pedagógicas, metodológicas e sociais no oferecimento e atendimento de ensino, principalmente de jovens e adultos.

Minas Gerais

Quanto às formas de gestão, de participação e de representação adotadas no Fórum, avalia-se que coordená-lo e integrar sua secretaria não constitui algum tipo de privilégio. Pelo contrário, aqueles que estão neste lugar têm muito trabalho.

A proposta que tem sido levada adiante é a de realização de rodízio entre as instituições parceiras do Fórum na sua secretaria.

Alguns participantes do Fórum crêem que é necessário realizar uma avaliação sobre o formato de rodízio da secretaria executiva, apresentando algumas problematizações: é possível funcionar sem o rodízio? Até que ponto esse rodízio contribui para a trajetória e para o acúmulo do Fórum Mineiro?

A participação de educadores, apesar de ser o segmento majoritário nas plenárias, é reduzida, considerada a extensão da oferta de EJA, tanto na esfera pública quanto em outros espaços. Percebeu-se uma diminuição na presença desse segmento com o decorrer dos anos, nos encontros do Fórum.

Avalia-se que um elemento que, talvez, tenha provocado a diminuição na participação de movimentos sociais, de educandos, de educadores e, até, de gestores (em alguma medida) encontra-se na sobrecarga de trabalho vivenciada pelas pessoas, em decorrência de uma série de fatores emanados do modelo econômico e social no qual se vive.

Paraíba

O Fórum guarda uma história de aprendizagem e consolidação do processo democrático. Assim, atua como espaço de discussão, de formação, de socialização da informação, de troca de experiências e pressão em torno das políticas estadual e nacional de EJA, cujo objetivo principal é divulgar e defender a importância da educação de jovens e adultos nos estados da região Nordeste em que os níveis de escolaridade formal estão entre os mais baixos da Federação.

Existe contradição entre o desejo de não estar atrelado aos ditames do poder e aos interesses ideológicos das instituições e a dependência financeira/decisória das mesmas instituições.

O Fórum da PB tem como objetivo central discutir, acompanhar e avaliar as políticas públicas para a EJA e, para isso, sente a necessidade de atuar pela intensificação da cooperação entre estados e municípios em relação à EJA.

Outra meta é de divulgar os trabalhos de pesquisa na área de jovens e adultos, o que faz possibilitando interlocução e diálogo entre os promotores de EJA e as universidades, para fundamentar suas políticas.

Reconhece a importância da participação da sociedade civil. Nos processos decisórios e tem discutido a distância entre os representantes do poder público e os professores.

Rio de Janeiro

Observa-se a falta de divulgação por parte das secretarias municipais e estadual de educação sobre o Fórum de EJA junto às escolas públicas, pois apesar da participação de representantes desse segmento nas reuniões do Fórum, muitos educadores e educandos da rede pública desconhecem o Fórum de EJA/RJ.

Como contribuição do Fórum para o exercício da democracia e da participação sugere-se a organização de um colegiado de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes dos diversos segmentos participantes do Fórum RJ, escolhidos mediante realização de eleições democráticas no grupo. Para isto, destaca-se a necessidade de criar espaços nos próximos encontros do Fórum RJ para conhecer e trocar experiências com os fóruns que já trabalham com a idéia de colegiado.

No que tange à forma de organização das reuniões mensais, propõe-se intercalar informes e conferências de caráter mais geral da EJA, com momentos de discussões e trocas específicas por segmentos.

Aponta-se também a necessidade de rever as temáticas desenvolvidas, ampliando o espaço de construção coletiva do Fórum RJ, possibilitando, ao final de cada encontro, discussão sobre a pauta do próximo encontro, na tentativa de mobilizar uma participação mais efetiva. A flexibilidade desse planejamento deverá dar conta das demandas vindouras a cada momento.

Recomenda-se potencializar e ampliar a utilização de ferramentas digitais (Internet/Portal Fórum RJ) para a troca de experiências e informações, disponibilizando subsídios sobre as diferentes formas de atendimento à EJA no estado.

Por último, propõe-se institucionalizar o Fórum RJ como um local de formação política de todos os seus participantes.

Rio Grande do Sul

O Fórum EJA/RS organiza-se tendo em vista a pluralidade de participação de pessoas e entidades ligadas à EJA, visando a assegurar o diálogo entre diferentes concepções e práticas.

Procura ser um espaço de formação político-pedagógica, por meio da organização de agendas e pautas de trabalho que propiciam um ambiente favorável à troca de experiências entre os participantes. Para tanto, sua estrutura compreende uma coordenação estadual eleita em encontro estadual, a cada dois anos.

Rondônia

O FREJA/Rondônia ocorre com uma gestão participativa, observando a composição da coordenação para que se tenha o maior número de entidades possível.

A participação no FREJA/Rondônia é por adesão, cabendo à coordenação o papel de mostrar a importância do Fórum, como espaço de debate e reflexão sobre a realidade da EJA. Neste sentido, os envolvidos precisam acreditar na capacidade do FREJA em articular forças para a implementação de políticas públicas. Isso exige de seus membros estarem em sintonia com a dinamicidade dessa modalidade em relação a outros aspectos da educação seja no âmbito das redes/sistemas de educação municipal/estadual, seja com outros setores da sociedade.

4.3 Quanto à formação de professores e o Fórum

Bahia

O Fórum destaca a necessidade de articular formação inicial e continuada para os educadores, destacando a inclusão da temática de alfabetização de adultos.

Ceará

As universidades públicas — Federal do Ceará —(UFC) e Estadual do Ceará —(UECE)— têm contribuído para sua constituição e fortalecimento, cedendo espaços físicos, organizando grupos de estudos, debates, encontros e relatórios, dinamizando reflexões, enfim, no que lhe concerne.

Distrito Federal

O segmento movimento popular do GTPA — Fórum EJA/DF destaca o empenho dos alfabetizadores pelo crescimento formativo (Graduação e Pós-Graduação) como mecanismo de fortalecimento e crescimento

do trabalho realizado. O segmento universidades ressalta a participação orgânica da Universidade de Brasília/UnB com a atuação de estudantes de graduação, mestrands e professores/as desta Universidade no Fórum

Goiás

Percebe-se que os espaços proporcionados pelo Fórum representam para os educadores instrumento conscientizador do seu papel junto à sociedade, demonstrando ser o Fórum *locus* importante de formação.

Os representantes desse segmento (educadores) notam a necessidade de ampliar as discussões acerca das especificidades da EJA e, nesse sentido, vêm pensando ações para alcançá-los não só na capital, mas em todo o estado de Goiás.

A participação da UCG no Fórum Goiano de EJA é de grande importância para a Universidade, uma vez que o Fórum contribui para fomentar as discussões e ações a serem traçadas pela EDU/UCG, bem como pela administração superior da instituição.

A UCG pretende sempre alimentar as discussões que se realizam no campo da formação de professores, pois permite que os futuros professores conheçam os desafios ainda presentes para a renovação e transformação da sociedade.

Paraíba

O Fórum fomenta diálogos com diversas temáticas fundamentais às discussões e debates do contexto da EJA em torno das políticas públicas de formação inicial e continuada.

Também propicia a discussão sobre avaliação, metodologias, financiamento, diretrizes curriculares nacionais para EJA e contribui para a análise dos Planos Nacional, Estadual e Municipais de Educação.

O Fórum possibilita, ainda, vivenciar práticas metodológicas de EJA nos diversos programas, por meio de relatos e trocas de experiências e discute a questão da formação inicial dos professores, atentando às especificidades da educação de jovens e adultos, como também a formação continuada dos professores das redes municipal e estadual.

Do mesmo modo, discute a prática educativa do professor de EJA, identificando as reais necessidades dos professores.

Rio de Janeiro

Os educadores de EJA, na sua maioria, precisam de formação específica para atuar com tal público e alguns municípios já oferecem a formação continuada aos seus professores nesta área. Há necessidade de contribuir com a formação daqueles profissionais que desejam atuar com a Educação de Jovens e Adultos, uma vez que esses alunos merecem um olhar especial. Tais políticas, em geral, elaboradas sob a perspectiva do ensino regular, são adaptadas para a EJA desconsiderando as especificidades desses sujeitos.

Houve um crescimento na participação do segmento educador nos Fóruns, no entanto, consideramos que esta participação ainda é pequena e instável, refém das práticas políticas dos municípios. Observa-se a dificuldade da efetiva participação dos educadores no Fórum tendo em vista a tripla jornada de trabalho a que a maioria dos profissionais que atua na EJA está submetida.

4.4 Quanto ao controle social do Estado em relação à EJA

Acre

Por meio do fortalecimento e presença dos diferentes segmentos sociais nos Fóruns é possível avançar no controle social do Estado (FUNDEB) em relação à EJA, uma vez que a fiscalização sobre os agentes e instituições públicas, exercida por órgãos da própria estrutura do governo, pelos organismos não-governamentais e pela sociedade é um aspecto de fundamental importância para o exercício da democracia e para a efetivação das políticas para EJA.

Nos últimos anos, o que foi consolidado revela que se conseguiu avançar, todavia, na nossa visão, são necessárias mais ações para continuar crescendo.

Amapá

Quanto à atuação do Fórum na construção de políticas públicas, tem sido pulverizada entre instituições e movimentos que nele atuam.

Nos últimos cinco anos houve grandes avanços no âmbito da EJA, tais como: maior respeito pela modalidade; maior divulgação e valorização, diminuindo a visão de supletivo; melhor qualificação dos docentes, ampliação da oferta de vagas; um novo olhar sobre a EJA por parte dos gestores das diversas dependências administrativas; melhoria no atendimento assistencial aos educandos da modalidade, entre outras.

Ainda se tem muito a avançar no que tange à atualização da legislação estadual e municipal; ao aumento da oferta de vagas tanto na zona urbana como na rural; ao fomento à pesquisa sobre a educação de adultos, como forma de garantir subsídios para a criação de políticas locais e nacionais.

Bahia

O Fórum da Bahia precisa articular a efetivação da produção e implementação de projetos de intervenções sociais rumo à conquista de direitos.

Ceará

As ações desenvolvidas expõem à sociedade a negação do direito à educação para jovens e adultos e, ao mesmo tempo, exigem o reconhecimento destes como portadores de direito, fortalecendo a noção de cidadania enquanto consciência do direito. Assim, tem contribuído para o alargamento da estrutura estatal, influenciando na promoção e configuração de políticas públicas para o setor.

Distrito Federal

A participação da sociedade civil organizada sobre todo o processo de criação das políticas públicas vem exigindo, também, alteração no processo de capacitação e qualificação dos membros da sociedade civil. O GTPA – Fórum EJA/DF entende ser necessária maior compreensão do significado da temática e de como influir de forma cada vez mais efetiva na sua proposição, elaboração, avaliação, execução e continuidade.

Goiás

O Fórum ainda não avançou na questão do controle social. Isso se dá pela dificuldade de participação do segmento movimentos sociais/sindicatos.

O Fórum entende a necessidade de criar um movimento mais independente e organizado com a participação coletiva, mas vem provocando um direcionamento do olhar para as especificidades da EJA no estado de Goiás, trazendo avanços nas discussões e ações implementadas, e consciente do necessário controle social do Estado em relação a essa modalidade de educação.

Minas Gerais

Pensando na possibilidade de que o Fórum Mineiro possa avançar nos debates sobre o controle social do Estado em relação à EJA, considera-se de grande valia repensar o envolvimento dos governos estadual e municipal nas discussões da educação de jovens e adultos.

Cientes de que os governos nem sempre se envolvem e que, por vezes, se envolvem de forma insuficiente ou inadequada na construção de políticas públicas efetivas de EJA, tem-se buscado conhecer as estratégias que cada Fórum Regional tem desenvolvido, em sua região, para que se possam trocar experiências de outros espaços e, por vezes, replicá-las.

Avalia-se que a função do Fórum é a de corroborar, ou não, os diagnósticos quantitativos da demanda e oferta de EJA elaborados e publicizados pelos governos e estabelecer ações para efetivar o direito à educação de qualidade social.

Paraíba

A postura adotada é contraditória no que diz respeito ao perfil das estratégias tidas como próprias de um movimento social e transformador.

Considerando o poder de intervenção dos segmentos, parece que os que têm mais contribuído para a reconfiguração da EJA são os gestores das secretarias de educação e das escolas públicas, assim como professores universitários e educadores de ONG's e de projetos alternativos.

Evidencia-se no debate travado ao longo desses nove anos do fórum de EJA da Paraíba o entendimento de que a organização e a atuação do Fórum no estado têm contribuído, significativamente, para a consolidação da EJA como política pública relevante para a mobilização de setores organizados da sociedade civil e para a configuração da EJA como campo pedagógico e científico. Esse fenômeno pode ser verificado tanto por meio dos eventos nacionais (ENEJA, ANPED, Seminário de Formação de Educadores,

Audiências Públicas, Conferências Estadual e Nacional de Educação), como por meio de ações locais realizadas pelos segmentos que integram o Fórum EJA/PB.

Necessário, ainda, defender o maior aproveitamento do espaço das escolas da rede e pensar um projeto para engajar, unir e unificar os professores com suas necessidades, conteúdos, planejamento, currículo.

Rio de Janeiro

Avalia-se que o controle social com relação à EJA tem avançado de forma morosa, pois ainda não há efetivamente um investimento público significativo e permanente. A maioria das escolas no estado ainda trabalha com o sistema de suplência ou regular noturno. Os investimentos de maior visibilidade na EJA vêm do governo federal por meio do PROEJA, na área do ensino médio e do Programa *Brasil Alfabetizado*, no ensino fundamental.

Houve crescimento na participação da categoria educador no Fórum, no entanto, considera-se que esta participação ainda é pequena e instável, refém das práticas políticas dos municípios.

Como a maioria das turmas de EJA funciona à noite, os educadores estão envolvidos com outras demandas no diurno, o que também dificulta muito a efetiva participação no Fórum.

Rio Grande do Sul

Destacou-se que, em alguns momentos, o Fórum Estadual de EJA/RS tentou influenciar no debate e na avaliação das práticas desenvolvidas no âmbito do estado, entretanto, avalia-se não ter conseguido responder de acordo com a dimensão do problema. Ressalta-se que, neste momento, a política pública de EJA do Rio Grande do Sul não vem sendo tratada como prioridade, o que está acarretando redução nos investimentos, na discussão sobre as políticas de EJA e nas formas e oportunidades de oferta.

4.5 Quanto ao ENEJA

Acre

Quanto ao ENEJA, acredita-se que a periodicidade anual que vem sendo adotada para sua realização é pertinente, haja vista as demandas necessárias para sua efetivação.

Quanto ao critério de participação, acredita-se que poderia ser mais aberto, permitindo a inscrição para que outras pessoas interessadas possam participar.

Entende-se que é válida e significativa a participação do governo federal, uma vez que, embora sendo um agente financiador, o mesmo não tem interferido na autonomia dos fóruns, estando aberto às propostas e à crítica, além de reconhecer o movimento como legítimo e como um agente interlocutor importante na agenda da educação de jovens e adultos.

Amapá

A participação do Fórum AP nos ENEJAs resume-se a duas: o VIII e o IX, os quais vêm dando grande incentivo tanto na divulgação e troca de experiências como no intercâmbio entre as diversas realidades do Brasil.

Um ponto nevrálgico é a periodicidade. Considera-se de grande importância ser anual, porém o fator financeiro interfere muito na presença da totalidade dos delegados, visto que a maioria das instituições não financia seus representantes.

Quanto aos delegados participantes do ENEJA, percebe-se a importância de valorizar os que são atuantes nos Fóruns Estaduais e Regionais, dada a importância do evento e a necessidade da presença de atores realmente comprometidos.

As delegações que representam o Estado são compostas geralmente por delegados eleitos durante os eventos locais e que têm frequência às reuniões da secretaria executiva e às reuniões de plenárias.

Bahia

Defende-se a periodicidade anual com participação assegurada de representantes dos Fóruns Pré e Pró-Fóruns, estabelecendo critérios para a escolha de delegados.

Quanto à relação entre ENEJA e governo, deve-se assegurar a parceria, buscando cada vez mais autonomia e legitimando a presença e o papel dos Fóruns.

Ceará

Os ENEJAs caracterizam-se como um momento de fortalecimento dos Fóruns, à medida que fomentam a reflexão sobre os quadros conjunturais, as políticas educacionais no âmbito da EJA e quando deliberam-se sobre ações de cunho nacional, estaduais e municipais a serem encaminhadas coletivamente.

No que tange à periodicidade, o Fórum do Ceará avalia que poderiam acontecer bianualmente, intercalando-se com um encontro dos Fóruns por região.

Espirito Santo

Os encontros nacionais devem ser repensados na sua dimensão. Em relação à periodicidade, entende-se que encontros menores, a cada dois anos, podem ser mais eficazes na formulação de encaminhamentos.

Acredita-se que o movimento nacional dos Fóruns deve pensar uma alternativa de autonomia financeira para a realização dos ENEJAs, até para que não se fique refém das demandas que o Governo Federal apresenta (ENCCEJA, PROJOVEM, *Brasil Alfabetizado*).

Propõe-se a discussão de algum critério de permanência dos representantes dos Fóruns Estaduais. É sabido que há coordenadores de Fóruns que estão assumindo este lugar há muito tempo (quatro, cinco anos). Isso vicia o movimento, engessa a correlação de forças e propicia posturas de intervenção em interesses próprios. Defende-se a permanência dos coordenadores estaduais por dois anos.

Goiás

Considera-se importante este Encontro Nacional, justamente por ser um espaço legítimo de debate dos Fóruns. Salienta-se a importância de assegurar a participação dos educandos e educadores/professores, o que aponta para a importância de financiamentos para que tenham condições de presença aos encontros.

A falta de recursos financeiros tem sido grande obstáculo, reduzindo a participação dos segmentos educadores e movimento social nos ENEJAs.

Minas Gerais

Entende-se que o ENEJA é uma construção coletiva dos Fóruns de EJA e constitui um encontro de trabalho.

A discussão sobre os segmentos e as pessoas que irão compor mesas de debate que contribuirão para a construção da pauta de trabalho coletiva destes Fóruns deve ser, constantemente, parte desta construção realizada, principalmente, pela interlocução virtual e nas reuniões de representantes de Fóruns Estaduais de EJA.

Ressalta-se a necessidade de inclusão de outros segmentos, em âmbito nacional, no movimento dos Fóruns de EJA. A criação de novos segmentos, deve ser uma decisão coletiva, levada a debate e votada em plenária no ENEJA. Esta decisão não pode ser unilateral, visto que o resultado de tal determinação afeta todos os Fóruns Estaduais, sem exceção.

Avalia-se a necessidade de discutir a inclusão de um segmento específico da educação prisional, devendo ser a proposta levada à deliberação em plenária durante o X ENEJA, de modo a não particularizar um encaminhamento. Entende-se que, ainda no X ENEJA, o momento apropriado para a reunião específica, e necessária, dos delegados e delegadas que atuam com a educação prisional seja o mesmo que o previsto para reuniões do MOVA, da RAAAB.

Avalia-se, também, que nas mesas em que as políticas públicas de EJA sejam debatidas, a palavra não deva se restringir a gestores governamentais, incluindo-se a contribuição de pesquisadores independentes, de educadores, de educandos e de representantes da sociedade civil, de modo a preservar a autonomia do movimento dos Fóruns e a perspectiva crítica na análise das orientações governamentais.

O debate acerca da participação dos Fóruns, durante a VI CONFINTEA, deve ser aprofundado e melhor detalhado, inclusive para discutir o que seja "evento paralelo", com o intuito de afinar o entendimento sobre o termo e as práticas dele advindas. Sendo assim, também se aponta o X ENEJA como espaço qualificado para tal discussão.

Paraíba

Em relação à periodicidade e à participação dos delegados nos ENEJAs, há dificuldade de nossa participação anual, no que tange à aquisição de passagens aéreas, principalmente quando ocorrem dois eventos nacionais no mesmo ano, a exemplo do Seminário Nacional de Formação de Educadores e da própria ANPED e de ter de arcar com a despesa de traslado.

Propõe-se que a periodicidade do ENEJA deva ser definida, considerando o critério de não haver acúmulo de eventos em um mesmo ano.

A participação do governo federal na organização dos Encontros é um ponto positivo e a presença de representantes dos Fóruns EJA nas instâncias de poder do MEC tem facilitado a interlocução e a parceria entre MEC e Fóruns.

Deseja-se ter autonomia financeira menos condicionada às contribuições efetivas do Estado.

Rio de Janeiro

Avalia-se ser necessário discutir, de forma ampliada e aprofundada, o atual formato (tamanho e forma de organização) do ENEJA. Considera-se que a periodicidade de sua realização poderia ser bienal, intercalando-se com um Encontro Regional dos Fóruns de EJA.

O Fórum RJ vê de forma positiva o financiamento do ENEJA por parte do governo federal. Para o Fórum, o financiamento não impede a autonomia política, nem inibe o posicionamento crítico frente às políticas da União para a área.

Percebe-se que há a necessidade de rever a possibilidade de participação de ouvintes e “observadores”, com quantitativo estipulado, e que estejam envolvidos com as discussões dos Fóruns e engajados politicamente, em suas regiões, com as políticas públicas de EJA. Nesses casos, as instituições se responsabilizarão integralmente pelas despesas desses participantes.

Rondônia

Para o FREJA/Rondônia é necessário garantir a participação, nos ENEJAs, das entidades-membro, na medida de suas condições. É imprescindível que a participação da delegação, neste tipo de evento, seja composta por representantes que de fato participem ativamente das ações do Fórum, como professores e coordenadores de EJA.

4.6 Quanto à participação dos educandos

Distrito Federal

O GTPA – Fórum EJA/DF avalia que aumentou a participação dos educandos de todos os níveis escolares, sendo significativa a ampliação observada no Encontro Preparatório para a VI CONFITEA. Destaca, ainda, a participação de um educando de EJA privado de liberdade no IX ENEJA, como delegado e componente da coordenação deste Fórum.

Goiás

A participação do segmento dos educandos no Fórum Goiano de EJA, embora ainda seja reduzida, tem contribuído para a autoconscientização. A presença nos encontros temáticos e estaduais, ouvindo e dialogando sobre dificuldades e anseios, tem trazido o conhecimento de que são sujeitos de direitos.

Reivindica-se maior participação de alunos nos Fóruns, principalmente daqueles que não estejam engajados em projetos, para que por meio deles as entidades governamentais e os gestores melhor conheçam as ideias de cada um.

A falta de divulgação dos Fóruns impede que os alunos de EJA participem. É importante a divulgação mais ampla e efetiva para que alunos e professores da EJA tenham a mesma oportunidade.

Solicita-se das entidades governamentais federais, estaduais e municipais maior atenção aos alunos de EJA, para que tenham condições financeiras de participar dos Fóruns. Sugere-se a ampliação e diversificação de horários, para dar oportunidade a um maior número de pessoas.

O segmento aponta a necessidade, ainda, de criar um Grêmio Estudantil para discutir as propostas da EJA dentro de cada instituição, assegurando direito de acompanhamento e fiscalização do emprego de verbas, bem como assegurar a participação do presidente do Grêmio nos Fóruns.

Solicita, também, que haja um fórum no CEFET-GO com a participação de gestores, professores e alunos. Propõe um evento em Goiânia que possa entrosar a instituição federal com as escolas estaduais e municipais, no sentido de verificar a demanda de alunos e oferecer mais vagas e novos cursos técnicos-integrados.

Minas Gerais

O Fórum busca ouvir os educandos, na tentativa de aprofundar e qualificar o debate acerca da participação deste segmento.

Rio Grande do Sul

Destaca ter enorme dificuldade quanto à presença de educandos, exceto da rede de Porto Alegre, uma vez que algumas escolas vêm participando efetivamente dos encontros estaduais.

4.7 Algumas observações

Goiás

Infelizmente não tiveram tempo para aprofundar o debate sobre o último item do roteiro, que diz respeito ao ENEJA, embora nos textos das entidades já apareçam algumas indicações: periodicidade e formas de financiamento e alguns questionamentos ao Fórum Goiano que também precisam ser repensados na organização nacional.

Rio de Janeiro

No que tange ao sentido histórico de cada segmento, por falta de tempo estes não se reuniram separadamente para uma sistematização específica.

Comissão de Relatoria do Fórum EJA/RJ para o Relatório-síntese preparatório ao X ENEJA

Aline Dantas (UFF)
Alessandra Prata (SME Angra dos Reis)
Hilton Miguel de Castro Júnior (SEEDUC/RJ)
Jaqueline Ventura (Estácio)
Kelly Maia (SME Angra dos Reis)
Mauro Rubens Fernandes (SME Resende)
Sandra Cardoso (SME Angra dos Reis)
Sandra Sales (UFRRJ)
Silvia Bitencourt (SME Angra dos Reis)
Wanda Medrado (UFF)